

RETAMA KAMATATSURI: CAMPESINOS PERUANOS EM BENJAMIN CONSTANT NO AMAZONAS – BRASIL

Alex Sandro Nascimento de Souza¹

José Aldemir de Oliveira²

Resumo

A partir de estudo sobre os camponeses de *Retama Kamatatsuri* na cidade Benjamin Constant, busca-se entender as relações sociais que se concretizam no espaço e produzem conflitos não somente no sentido material, mas nas relações de poder e nas práticas sociais que se projetam no território. A princípio, a presença destes gerou um clima de tensão entre os cidadãos de Benjamin Constant, tríplice fronteira Brasil/Peru/Colômbia, pois a imagem que se divulga destes camponeses nos meios de comunicação em massa os relaciona a plantadores de maconha ou coca, a “imagem da fronteira”. Porém, o que se observou em Benjamin Constant é a presença cada vez mais pujante de um clima de tolerância e reciprocidade, que se estabelece através de atividades cotidianas e do perfil intenso do trabalho agrícola familiar religioso.

Palavras-chave: Cidades amazônicas, israelitas, peruanos.

RETAMA KAMATATSURI: CAMPESINOS PERUANOS IN BENJAMIN CONSTANT IN THE AMAZON – BRAZIL

Abstract

From a brief study of the camponeses of *Retama Kamatatsuri* in the city Benjamin Constant, seeks to understand the social relations that are realized in space and produce conflicts not only in the material sense, but in power relations and social practices that protrude in the territory. At first their presence has generated a climate of tension between the townspeople of Benjamin Constant, triple border Brazil / Peru / Colombia because the image that discloses these peasants in the mass media related to the growers of marijuana or coca, the “the border image”. But what was observed in Benjamin Constant is the increasingly vibrant presence of a climate of tolerance and reciprocity, that is established through daily activities and high profile religious family farm work.

Keywords: Amazonian cities, Israeli, peruvian.

¹ Mestre em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: alexgeobc@hotmail.com. Agência de fomento: PRONEX-FAPEAM.

² Professor titular em Geografia humana da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: jaldemir2013@gmail.com. Agência de fomento: PRONEX-FAPEAM.

Introdução

As imagens que se produzem sobre a Amazônia a enquadram historicamente dentro do perfil de suas grandezas naturais. Dentre as expressões mais frequentes que buscam defini-la em cada período estão “paraíso verde”, “el dorado”, “inferno verde”, “celeiro do mundo”, “santuário intocável” e “almoxarifado do grande capital”. A Amazônia saiu de uma fase de esquecimento e entrou numa fase em que todos falam dela, todos dão opinião sobre ela, porém, preferencialmente à distância. Do romantismo sobre as belezas naturais, que devem ser contempladas de modo idílico, ao utilitarismo verde. Todos querem protegê-la e se apossar de suas riquezas. Parece que todos olham e falam da Amazônia sem vivenciá-la.

Nesse sentido, estudar a Amazônia remete também a pensar o aspecto urbano, o aspecto de suas cidades e das formas de vida que se desenvolvem dentro das expectativas gerais da sociedade, bem como das especificidades culturais locais. Estudar as cidades amazônicas leva a pensar lugares que carregam em seu bojo especificidades em diferentes escalas. Cidades que vão além do limite geográfico, da soberania restrita ou relativa do país, mas que atendem a interesses geopolíticos nacionais, ao mesmo tempo em que são locais que articulam a hinterlândia por onde circulam as populações indígenas e caboclas.

Este artigo trata do município de Benjamin Constant localizado a sudoeste do Estado do Amazonas, na microrregião do Alto Solimões, com área territorial de 8.793,42 km², distante 1.118,60 quilômetros da capital Manaus em linha reta e 1.628 milhas por via fluvial, sendo o sexto município mais distante da capital. Todavia, esta premissa se traduz a partir de particularidades em que os meandros e tortuosidades do rio denotam medidas de tempo e espaço específicos, pois as distâncias na Amazônia estão para além das distâncias e traçados retilíneos, ou seja, elas são mensuradas por meio de dispositivos de tempos relativos, medidos pela quantidade de dias de viagem. O acesso à sede do município cidade ocorre de dois modos, sendo que o mais usado pela população local se realiza via fluvial, com aproximadamente cinco a oito dias em barcos, saindo de Manaus até a cidade (dependendo da sazonalidade do rio Solimões); o outro acesso ocorre combinando o

meio de transporte aéreo (trecho Manaus-Tabatinga) e o meio de transporte fluvial em pequenas embarcações locais (trecho Tabatinga-Benjamin Constant).

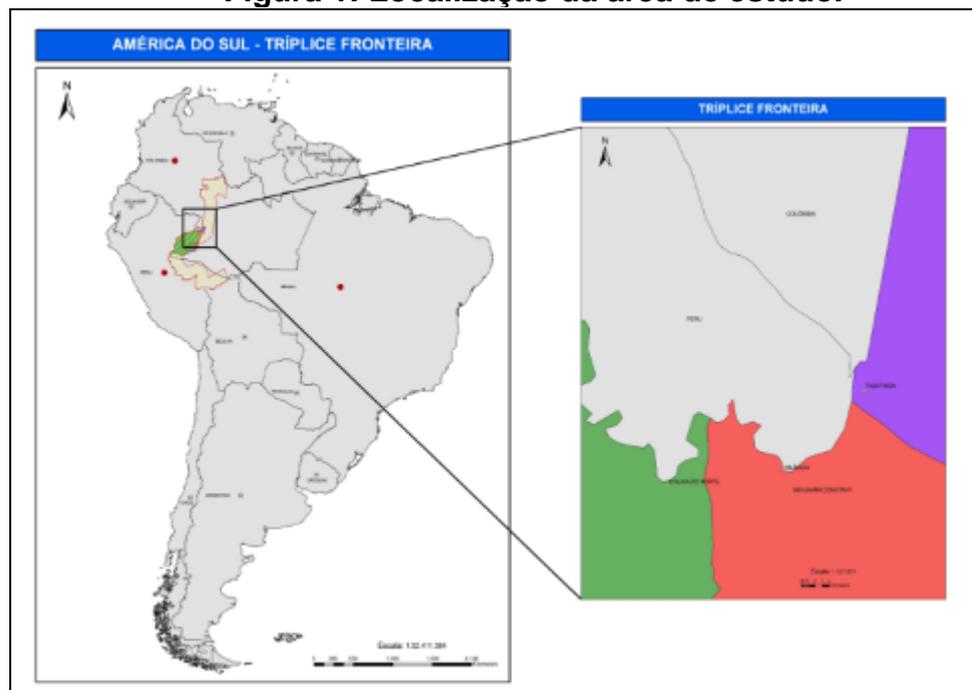
Via internacional, o acesso ocorre pelos territórios da Colômbia e do Peru. Nesses casos, percorre-se os rios Solimões e Javari, tendo como entrepostos fluviais as cidades de Iquitos, Caballo Cocha, Santa Rosa, Islândia (no Peru), Letícia (na Colômbia) e Atalaia do Norte (Brasil).

A área de estudo envolve longo processo histórico-geográfico de formação que vai desde a área ocupada por nações indígenas que habitavam e se deslocavam com frequência na região, passando pela formação de fronteiras imperiais (Portugal e Espanha), até a constituição de Estados-Nação (Brasil, Peru e Colômbia). Os primeiros habitantes dessa área, como em toda a América, foram os indígenas, que se compunham de diversas etnias, das quais a predominante no Alto Solimões eram os cambeba, omágua ou “cabeças-chatas”, bem como outros indígenas oriundos da floresta andina e de outras áreas (ticuna e cocama). Em relatos históricos descreve-se a variedade de grupos nativos e o movimento contínuo de indígenas que transitavam nos rios dessa região.

Enquanto processo de expansão territorial colonial, a Amazônia passou por processos de disputas, inicialmente entre impérios coloniais e depois entre novos Estados-Nacionais; em seguida, “enquanto território que podia fornecer produtos extraídos da floresta e proporcionar rendas aos seus coletores, a Amazônia teve sua população original remanejada espacialmente para assegurar a exploração”. Por último, esta população foi também disputada como contingente populacional, pelos sertanistas como força de trabalho e mesmo mercadoria, e pelos missionários para o trabalho de colonização.

Podemos contextualizar esta área de fronteiras territoriais nas seguintes afirmativas: “Da região de nações indígenas à região de Estados-Nacionais” (NOGUEIRA, 2007) ou “*De fronteras imperiales a fronteras nacionales*” (BOTÍA, 2008). Observe a imagem da localização da área de estudo, na figura 1:

Figura 1: Localização da área de estudo.



Organizado: Autor, 2014.
Fonte: Seplan, 2014.

Metodologia

O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada “A cidade na fronteira: expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil”, pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amazonas e faz parte de um projeto maior desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (Nepecab), no programa Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência) financiado pela FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e pelo CNPq.

A trilha caminhada foi de entender as relações sociais que se concretizam no espaço e produzem conflitos não somente no sentido material, mas nas relações de Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 61-78, set. 2015

poder e nas práticas sociais que se projetam no território. Para tanto, utilizou-se Henri Lefebvre (2001), que possibilitou articular a pesquisa em três momentos distintos e complementares: descrição do visível, a análise regressiva e o reencontro com o presente. No primeiro, utilizou-se da experiência de vida do pesquisador para obter informações sobre a diversidade da cidade. No segundo, com aplicação de formulários de entrevistas, se fez um esforço para recuperar as temporalidades pretéritas que não se encontram nas formas espaciais presentes, mas na lembrança de alguns moradores. Finalmente, o reencontro com o presente, em que se tentou explicar espacialidades e temporalidades que resultam de encontros e desencontros, pois que mediados por interesses de diferentes sujeitos sociais, gestores e funcionários públicos, órgãos de segurança, comerciantes brasileiros e peruanos, agricultores e populações indígenas.

Para responder à questão principal e dada a relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, ou seja, estudar a realidade quando nela se está inserido, optou-se, ainda seguindo os ensinamentos de Henri Lefebvre, por articular o pensamento a partir do “movimento da transdução”, entendido como um instrumento intelectual que pressupõe a realimentação incessante entre os conceitos utilizados e as observações empíricas. Este método permite elaborar um objeto teórico a partir de informações sobre a realidade. O que se buscou desde o início da pesquisa como estratégia foi a construção de uma explicação a partir de informações da realidade com a realimentação incessante entre os referenciais utilizados e as observações de campo (LEFEBVRE, 2001).

A análise específica desse artigo se refere à comunidade *Retama Kamatatsuri*, na qual vivem produtores agrícolas de origem peruana com fortes vínculos familiares e religiosos, que se situam em Benjamin Constant. Nesse contexto, busca-se identificar e descrever as principais atividades dos camponeses peruanos, suas atividades comerciais, formas de organização e transportes dos produtos agrícolas até o mercado municipal local, além de levantar reflexões e questionamentos sobre essa forma camponesa peruana que se estabelece em Benjamin Constant em território brasileiro na fronteira oeste do Estado do Amazonas.

A cidade na fronteira

Segundo os dados censitários do IBGE (2000), a população oficial de Benjamin Constant era de 33.411 habitantes e a população urbana de 20.138 habitantes. De modo mais específico, conforme o último Censo da Saúde, realizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde) no ano de 2009, havia um total de 3.456 imigrantes peruanos, entre crianças, jovens e adultos, vivendo na cidade de Benjamin Constant. Portanto, segundo dados oficiais, aproximadamente 17,1% da população da cidade de Benjamin Constant são formados por imigrantes peruanos, sem contar os seus descendentes das segunda e terceira gerações.

Benjamin Constant é uma cidade oriunda de um povoado que foi se formando às margens do rio Javari a partir da influência religiosa nas demarcações do território colonial inicialmente no lugar denominado Remate de Males. Como a maioria das povoações localizadas às margens dos rios, Remate de Males se configurava em rua única imediata ao rio, e ao longo dessa rua havia a capela de São Sebastião construída pelos frades capuchinhos.

O lugar Remate de Males foi elevado à condição de vila em 12 de outubro de 1904, e ao ser instalado passou por um período de florescimento em decorrência do aumento do preço da borracha. A vila passou a contar com lojas de confecções, armarinhos, joalherias, relojoarias, alfaiatarias, farmácia, bilhares, botequins, cabarés, agência de vapores, açougues, funilarias, carpintarias. Havia ainda médico e dentista com consultório. A elite de Remate de Males organizou uma Loja Maçônica, denominada Firmeza e Amor. Abriu-se um vice-consulado, que depois passou a consulado do Peru. Um jornal periódico, “O Javari”, circulava sob a orientação do Sr. Candido Clovis da Fonseca (MAIA, 2013). Remate de Males obteve rápido crescimento econômico, pois no seu entorno se produzia borracha e a vila é o entreposto de abastecimento e de carregamento de vapores que saiam do rio Javari.

O cotidiano de Remate de Males vislumbrava o vívido de um rio onde habitavam seringueiros e donos de seringais. Os donos de seringais, patrões abastados, ostentavam nos dedos anéis, onde fulguravam preciosos brilhantes. Os seringueiros, “saldeiros”, no inverno vinham gastar em Remate de Males, sem medida, os seus saldos (MAIA, 2013).

No lado oposto do rio havia crescia Nazaret, povoação peruana, que se assemelhava a Remate de Males, onde se localizavam firmas comerciais, como

Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 61-78, set. 2015

Marius & Levy, mais tarde pertencente cada casa à firma Israel & Levy de Iquitos e mantinham transações com os Estados Unidos e Europa, via Iquitos, e vendiam a preços baixos mercadorias importadas devido à tarifa aduaneira peruana lhes favorecer (MAIA, 2013).

Remate de Males tem origem com as missões religiosas dos jesuítas e posteriormente dos capuchinhos no Vale do Javari e esteve em pleno funcionamento em tempos áureos de exploração gomífera. Porém, com a desvalorização econômica da borracha e as enchentes e o fenômeno das terras caídas, acrescido de epidemias, a população local migrou para outras áreas e a vila perdeu sua importância como povoação fronteiriça. Remate de Males pode ser contextualizada entre as povoações amazônicas que desapareceram com a desvalorização econômica da borracha e se enquadra na perspectiva de muitas cidades amazônicas que viveram esse período, “ainda assim, algumas virtualmente evaporam-se em cidades fantasmas após percorrerem a breve onda do *boom-bust* das atividades extrativas tão típicas na região” (BROWDER E GODFREY, 2006, p. 20).

De acordo com Botía, os primeiros imigrantes peruanos que chegaram a Benjamin Constant “participaram do processo de povoamento e ajudaram a construir a história demográfica e econômica do município”. Tanto que, na década de 1930, podia-se observar que “a população estrangeira em Benjamin Constant mantinha um caráter multinacional, era composta por 68 peruanos, 18 colombianos, 03 portugueses, 03 italianos, 03 sírios, 01 espanhol e 01 alemão” (BOTÍA, 2008).

Nesse sentido, salienta-se que desde o início da formação e construção da cidade de Benjamin Constant já havia presença de imigrantes peruanos na referida cidade, porém, a atividade que estes executavam era diferente da atual, pois migravam em busca de trabalho que em geral era disponibilizado pelas serrarias. Como podemos perceber no depoimento de Torres (2011), extraído de um Trabalho de Conclusão de Curso de Antropologia na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em Benjamin Constant:

Lembro-me que uma parte significativa desses imigrantes veio para Benjamin Constant, na década de 1980, à procura de emprego nas serrarias, já que elas eram uma das poucas possibilidades de trabalho remunerado disponíveis nessa região. Outros trabalhavam no comércio informal, o chamado comércio ambulante, vendendo produtos

industrializados de plástico como bacias, baldes, pratos, canecas, entre outros objetos importados (TORRES, 2011, p. 25).

Atualmente, Benjamin Constant carrega em suas características peculiares de fronteira a presença marcante do comércio realizado por imigrantes peruanos. Esse comércio hodierno em expansão faz parte de sua razão de ser, não é responsável por sua origem, mas é inegável que os imigrantes peruanos fazem parte de sua história. Oliveira (2000) ressalta que “a idade dos lugares inclui o tempo histórico, todavia o que conta é a história de cada pessoa”.

É o comércio, sem dúvida, a atividade mais sensível à influência da fronteira (SCHAFFER, 1993). Em Benjamin Constant, a afirmativa se faz verdadeira, pois o comércio nessa cidade depende quase que exclusivamente da influência da razão de ser da fronteira, o que pode ser visto na diversidade: de produtos, equipamentos, cultura, religião e pessoas. E é nesse contexto que se aplicam bem as considerações de José de Souza Martins (2012):

(...) nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, (...). Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos (MARTINS, 2012, p. 133).

A partir dessas considerações podemos pensar a fronteira para além de área de conflito ou lugar da alteridade, mas sob a lógica de ver, ser e pensar a fronteira como lugar do encontro, das possibilidades, o que sugere desdobramentos para um nível não somente de aceitação do outro, mas também de convivência e de similaridades na busca de soluções para as práticas cotidianas. Tentar entender o comércio numa cidade de fronteira como em Benjamin Constant envolve pensar em suas materialidades e imaterialidades, como sugere Gemelli e Souza (2012). E, nesse sentido, pensar as relações sociais que se estabelecem a partir da presença marcante da comunidade de produtores agrícolas de origem peruana na cidade de Benjamin Constant.

Talvez, na visão de um viajante, o aspecto mais marcante da paisagem da cidade de Benjamin Constant seja a presença do comércio peruano. Na rua imediata

ao porto verifica-se maior concentração desse comércio, com suas variedades de produtos e de maneiras de comercialização. Nesse sentido, podemos citar diversos segmentos oriundos da presença do comércio peruano, como a moeda, transporte, vestimenta, música, material de construção, frutas e verduras, confecções, eletrônicos e produtos agrícolas. Há também os serviços como hotelaria, cabeleireiros, borracheiros, restaurantes e padarias.

Milton Santos (2004), no livro *O espaço dividido*, salienta que existem dois circuitos da economia urbana, o circuito superior e o circuito inferior. O circuito inferior, que se relaciona ao setor terciário, apresenta características que se assemelham ao comércio realizado pelos peruanos na fronteira como, por exemplo, as pequenas dimensões físicas dos estabelecimentos, multiplicidade de serviços, pulverização de atividades, estoques reduzidos, despesas com publicidade quase inexistentes, densidade das lojas correspondente à capacidade de deslocamento da clientela a pé, espaço de morar contíguo ao espaço do comércio, venda de equipamentos eletrônicos de baixa qualidade, trabalho intenso e instável, longa jornada de trabalho, sistema de negócios sem utilização de cartão de crédito ou débito, com venda exclusivamente à vista, mão de obra exclusivamente familiar e atividade sem legalização, portanto informal. Tais características são as que predominam, porém, não se constituem como totalidade. Há grandes comércios, para o padrão da cidade, que se constituem como empresas formais e que se organizam a partir das modernas técnicas empresariais.

Conforme Silva (2012), os migrantes peruanos, seja em Tabatinga, Manaus, Boa Vista ou Pacaraima, locais onde o autor realizou pesquisas, começam como vendedores ambulantes pelas ruas e feiras livres e depois abrem pequenos negócios, voltados, em geral, para o mercado do artesanato, de roupas, CDs, bijuterias, gastronomia, movelaria, hortifrutigranjeiros e serviços em geral.

De acordo com o referido autor e com os dados de campo realizados na presente pesquisa, identificou-se que estes comerciantes seguem um padrão, iniciam com as atividades na informalidade e aos poucos vão se adaptando às leis e regras do país e ampliando suas atividades. Mesmo considerando que qualquer tipificação é incompleta e possibilita equívocos decorrentes das leis locais e de como se dá a inserção do migrante no lugar, apresenta-se nesta pesquisa uma tipologia para melhor agrupar as características do comércio realizado pelos peruanos na

cidade de Benjamin Constant. Para tanto, os diferentes tipos de comércio foram agrupados da seguinte forma: comerciantes formais (hotelaria, restaurante, salão de beleza, autopeças, mercadinho, lojas de vestuário); comerciantes informais (pequenas tabernas, comércio de eletrônicos importados, bijuterias, brinquedos); e comerciantes subinformais (vendedores ambulantes e agricultores vendedores de produtos agrícolas).

Não se trata de verificar a legalidade das atividades comerciais, mas o tipo e o modo como se integram na rede de circulação de mercadorias e serviços existentes na cidade de Benjamin Constant.

Os *Retama Kamatatsuri*

Tipificamos o comércio na seguinte sequência: subinformal, informal e formal. Porém, para o presente artigo, o que interessa destacar e analisar é o comércio subinformal, onde se inserem os produtores agrícolas da comunidade *Retama Kamatatsuri*.

Para efeito de análise, agrupamos como comerciantes na tipologia subinformal os peruanos que não possuem um estabelecimento fixo e vendem seus produtos no chão da feira ou ao redor do mercado público, na balsa flutuante do porto ou são ambulantes. Os primeiros são agricultores oriundos do vale do Javari e de assentamentos agrícolas e os segundos são vendedores que usam seu próprio corpo para carregar seus produtos importados (oriundos de centros urbanos), fazem ponto em lugares estratégicos ou são ambulantes.

Os vendedores de produtos agrícolas são agricultores ligados ao grupo religioso israelita, os quais apresentam características peculiares: as mulheres utilizam vestimentas de cores claras e cabelos cobertos por uma espécie de véu e os homens usam cabelos e barbas longas. Os agricultores que residem em solo peruano aparecem em Benjamin Constant em períodos regulares, segundas e terças-feiras, ou em determinados feriados festivos, páscoa, dia das Mães, festas de final de ano. Em embarcação própria, trazem variedades de produtos: frutas e verduras (banana, abacaxi, tomate, cebola, cheiro-verde, pimentão), bem como animais domésticos (porcos, galinhas, carneiros, bovinos), animais capturados na floresta (tracajá, jabuti, macaco, porco, anta), além de produtos e subprodutos da

pecuária (leite de vaca ou de cabra, queijo e coalhada). Não apresentam qualquer estabelecimento comercial, vendem suas mercadorias logo que chegam, pois a população local, consumidores diretos, atravessadores, outros peruanos, população em geral, os aguardam nas margens do rio, no porto situado nas proximidades do mercado municipal de Benjamin Constant. Além de terem suas roças no território peruano, há também grupo de israelitas em território brasileiro, no município de Benjamin Constant no assentamento *Retama Kamatatsuri*.

Seguindo a concepção de Eliane Tomiasi Paulino (2006), no livro *Por uma geografia dos camponeses*, utilizamos a categoria *camponês* no presente artigo, tendo em vista o perfil e organização do grupo estudado, que é essencialmente agrícola voltado ao regime de trabalho familiar, ou seja, à produção para a sobrevivência da família. Entretanto, como a autora salienta, esta é uma recriação do campesinato em dinâmicas capitalistas, desse modo, a existência do campesinato não deve ser vista como algo descolado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção.

Essa comunidade se localiza na BR-307, estrada que interliga Benjamin Constant a Atalaia do Norte, no quilômetro 11. A comunidade, que se autodenomina *RETAMA KAMATATSURI*, que de acordo com os mesmos significa “POVO TRABALHADOR” ou “HOMENS TRABALHADORES”, é ocupada por 45 (quarenta e cinco) famílias, compostas de indígenas peruanos e brasileiros, não tendo sido possível identificar uma predominância. Observe a imagem da placa de identificação da comunidade à margem da estrada:

Figura 2: Entrada da comunidade *Retama Kamatatsuri* em Benjamin Constant



Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

A aproximadamente 50 (cinquenta) minutos de caminhada (sem carga) no sentido leste, ou lado esquerdo da margem, à beira da estrada que interliga Benjamin Constant a Atalaia do Norte, encontra-se as primeiras habitações, construídas de madeira, mesclando-se algumas com cobertura de palha e zinco, parcialmente cercadas de madeiras (dormitório cercado), tendo como principais atividades a criação de animais e plantações diversas.

Figura 3: Habitação em comunidade israelita em Benjamin Constant



Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Destaque-se que a comunidade possui uma escola municipal, SISA IKUA (flor do conhecimento, ou flor da esperança na tradução local, uma expressão de origem indígena cocama). Essa escola de nível fundamental para séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende a demanda da comunidade com duas salas de aula e dois professores, com 18 (dezoito) alunos no matutino e 08 (oito) no vespertino, frisando-se que dos 18 (dezoito) alunos apenas 03 (três) nasceram no Peru, ou seja, 15 (quinze) crianças são nascidas em Benjamin Constant, portanto brasileiras. Salientando-se que o idioma ministrado nas aulas é o Português, preferência dos pais que buscam a inserção dos filhos na dinâmica local, e em entrevistas revelou-se a preocupação com a futura faculdade dos filhos na cidade. Observe a imagem abaixo:

Figura 4: Escola municipal no assentamento israelita em Benjamin Constant



Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Os indígenas que habitam essa comunidade são oriundos do Vale do Javari e, de acordo com os entrevistados, chegaram nessa área há aproximadamente 18 anos, os pais eram seringueiros brasileiros e casaram com as indígenas peruanas, ou vice-versa. Chegaram ao local a partir de contatos com parentesco familiar. Devido ao seu local de origem, Vale do Javari, registrar uma alta incidência de malária, foram convidados por parentes a habitar na comunidade, que antes era predominantemente de origem indígena cocama. Cultivaram muito tempo em outras áreas da imediação, porém, quando uma estrada do governo conhecida como “estrada do Crajari” atravessou suas terras, houve muitas denúncias e ameaças de empresários que reivindicaram a terra. Nesse período, muitos desses peruanos abandonaram as plantações com medo dos empresários e da Polícia Federal brasileira, que os visitou três vezes e os orientou sobre como realizar a regularização individual e da terra. Migraram para áreas mais distantes até chegar ao local atual, pois, segundo eles “nós só podia produzir, mas a terra não nos pertencia”.

No último trabalho de campo, em setembro de 2013, estava havendo a demarcação das terras amplamente divulgada nos meios de comunicação locais e presenciamos uma equipe que de acordo com os comunitários era oriunda de Brasília e estava realizando a demarcação das terras por família. Atualmente, muitos deles já possuem documentação brasileira devido ao tempo que são residentes em Benjamin Constant e por possuírem vínculos familiares decorrentes de casamento com brasileiros e de já terem filhos nascidos no Brasil.

Atualmente, a presença desta comunidade agrícola é bem aceita pelos moradores da cidade de Benjamin Constant, inclusive os professores que lecionam na comunidade falaram do respeito que cativam por estes trabalhadores devido ao perfil visível da labuta agrícola intensa. Como podemos notar, a escola é municipal e os professores são pagos pela Prefeitura de Benjamin Constant, que mantém parceria com a comunidade. Eles produzem os insumos agrícolas, transportam via floresta a produção até a BR-307 e na estrada a Prefeitura Municipal disponibiliza transporte até a cidade, onde os produtos são comercializados na feira municipal e também são comercializados para as escolas de Benjamin Constant no programa de merenda escolar regionalizada. Na comunidade são produzidas diversidades de produtos agrícolas como banana, macaxeira, abacaxi, cupuaçu, manga, pupunha, hortaliças, entre outros.

Figura 5: Cultivo de hortaliças no assentamento israelita em Benjamin Constant



Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Com relação ao cultivo das hortaliças, existe a dimensão dos costumes na forma e no preparo da terra, bem como nas relações e divisão social do trabalho no seio familiar. A área do cultivo é um perímetro ao qual somente as mulheres podem ter acesso, porém, os homens têm a responsabilidade de coletar e transportar a “terra preta” da floresta até a área destinada ao cultivo, embora a estrutura o preparo, o semear, o regar e a colheita sejam de responsabilidade das mulheres da família.

Trabalham também com a criação de animais, bovinos, equinos, caprinos, suínos, aves, os quais são utilizados para corte e como meio de transporte para

realizar a travessia dos produtos até a estrada e das mercadorias que necessitam até a comunidade. De acordo com os professores, existem 40 cabeças de gado bovino. Observe a imagem:

Figura 6: Criação de animais no assentamento israelita em Benjamin Constant



Fonte: Autor, pesquisa de campo, setembro de 2013.

Como eles afirmam, “A tierra deve está siempre produzindo”; no diálogo nota-se uma mistura de português e espanhol com sotaque indígena. Todavia, o que se verifica realmente é o trabalho intenso, de forte conotação familiar e religiosa. Nesse âmbito existem as terras que são cultivadas de forma individual e existem as terras que são cultivadas de modo coletivo para a comunidade, sendo que o resultado da produção e a sua distribuição no grupo também ocorrem nesse sentido. Ocorrem também reuniões regulares. A partir das 12:00 horas de sexta-feira cessam-se todos os trabalhos na terra e todos da comunidade (crianças, jovens e adultos) se reúnem no espaço físico da escola, no qual iniciam orações, cânticos, louvores e

confraternização de alimentos. Essa prática de cunho religioso se prolonga por todo o dia até o sábado, salientando que existe uma pessoa responsável pela vigília contínua (o mensageiro) que profere cânticos constantes, sendo que os demais se revezam nas orações, alimentação e descanso. Ressalta-se que a alimentação é sempre de origem natural, produzida por eles no local. Atualmente, a relação dessa comunidade com os demais habitantes da região é de tolerância recíproca; os contatos e a acessibilidade de cidadãos à comunidade geraram novas dinâmicas que poderão ser estudadas com mais clareza no futuro.

Considerações finais

A partir da análise de situações como as expressas anteriormente é que cabe a afirmativa de Martins: "... nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade" (2012). Como ele mesmo salienta, "é isso que faz dela uma realidade singular" (2012), na qual se verificam conflitos e tolerância com o outro, num espaço relativo em que você também se insere como o outro simultaneamente, pois na faixa de fronteira estudada é frequente estar aqui e estar lá, ou estar lá e estar aqui.

As relações multiculturais e as multiterritorialidades inferidas por Haesbaert (2010) se dinamizam num espaço poroso, e nesse sentido podemos evidenciar os costumes alimentares e o idioma. Na cidade onde se realizou a presente pesquisa é comum crianças, jovens e adultos ousarem um "portunhol"; o contato frequente com os peruanos (comerciantes, médicos, pedreiros, carpinteiros, borracheiros) permite e contribui para esse conhecimento bilíngue. O mesmo ocorre na alimentação; de forma generalizada a população local tem como ingrediente principal em suas receitas a utilização da banana, que, aliás, não é "pacovão", como denominada na capital do Estado (Manaus), mas sim a "banana peruana". Também há como costume o consumo no café da manhã do "patacón" ou patacão (expressão adaptada pelos moradores), rodelas de bananas peruanas amassadas e fritas. No dicionário *Amazonês*, de Sérgio Freire, que seleciona expressões e termos usados no Amazonas, encontramos a palavra "curite" que significa "dindim", usada na região

do Alto Solimões, ou seja, sucos de fruta congelados em pequenas sacolas de plástico. O consumo e o preparo de *cerviche*, *lomo saltado*, *chicharron*, comidas típicas peruanas que envolvem os ingredientes peixes e carnes, se tornaram comuns em Benjamin Constant.

Como se observa nos dados referentes aos camponeses peruanos em Benjamin Constant, dada a dimensão do outro numa área de fronteira, se percebe temporalmente a tolerância com estes, devido principalmente a sua importância na produção e manutenção constante de produtos agrícolas, os quais predominam no mercado local e regional. Observa-se esta tolerância e reciprocidade a partir do vínculo destes camponeses com a prefeitura, que disponibiliza escola municipal com professores locais que ministram suas aulas em idioma português, por preferência dos pais dos alunos, bem como disponibilidade de veículo municipal para o transporte das mercadorias produzidas na comunidade *Retama Kamatatsuri*.

As cidades amazônicas são lugares que pulsam culturas e modos de vida diferenciados. Apesar de uma cidade na fronteira carregar em seu bojo histórico-espacial o estigma de uma região que obedece a interesses distantes, de participar da agenda nacional como uma área de “segurança nacional”, estas cidades se metamorfoseiam no tempo e no espaço e constroem especificidades a partir de dinâmicas econômicas que transcendem para novas dimensões que se materializam no hibridismo de famílias, de religiões, idiomas, culinária, música, de um vivido amazônico na fronteira.

Referências

BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. **Silvícolas, siringueros y agentes estatales**: el surgimiento de una sociedade transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia, 1880 – 1932. Letícia: Universidad Nacional de Colômbia. Instituto Amazônico de Investigaciones (IMANI), 2008.

FREIRE, Sérgio. **Amazonês** - expressões e termos usados no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GEMELLI, Vanderleia; SOUZA, Edson Belo Clemente de. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. In: SOUZA,

Edson Belo Clemente de. **Estudos regionais: estrutura, agentes e processos.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva.** Manaus: Editora Valer, 2000.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Tradução Myrna T. Rego Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Sidney Antonio da (org.). **Migrações na pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais.** São Paulo: Hucitec; Manaus: Fapeam, 2012.

SCHÄFFER, Neiva Otero. **Urbanização na fronteira (a expansão de Sant’Ana do Livramento).** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant’Ana do Livramento, 1993.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira.** ACTA Geográfica, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

TORRES, Rudson do Nascimento. **A imigração peruana: dinâmicas migratórias recentes em Benjamin Constant/AM.** Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia. Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant, 2011.

Recebido em Junho de 2015.

Publicado em Setembro de 2015.